



RESOLUÇÃO SESA nº 351/2018

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para implementação dos Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde (NPVPS), para o exercício de 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 45, inciso XIV, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- considerando a Resolução SESA nº 618/2015 que institui o incentivo financeiro para desenvolvimento de ações visando a implantação do Núcleo de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde no Paraná, com objetivo de fortalecimento das ações de Vigilância e Prevenção de Violências,

GABINETE DO SECRETÁRIO



RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o repasse financeiro no valor de **R\$ 400.000,00 mensais (quatrocentos mil reais), sendo R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) para CUSTEIO e R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para INVESTIMENTO, conforme Anexo I desta Resolução**, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para implementação dos Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde (NPVPS), para o exercício de 2018.

Art. 2º - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único: A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º - Fica estabelecido que toda transferência de recursos financeiros na modalidade fundo a fundo obrigatoriamente deverá ser inserida no Sistema de Controle das Transferências Fundo a Fundo – FAF, de modo que com a inserção dos dados, o Sistema disponibilizará o acompanhamento de todas as etapas de operacionalização até a finalização do respectivo repasse, com demonstrativos de pagamento no “Site” do Fundo Estadual de Saúde e no endereço eletrônico www.faf.saude.pr.gov.br.

Art. 4º - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 5º - As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 6º - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema SargSus sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 7º - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinado a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.



Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 8º - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

- I. Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7.986/2013;
- II. Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

Art. 9º - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2018, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- I. Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – referente ao Incentivo Financeiro Estadual para implementação dos Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde (NPVPS).
- II. Iniciativa: 4434 – Vigilância em Saúde.
- III. Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120
- IV. Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de maio de 2018.

Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Secretário de Estado da Saúde

Anexo I da Resolução SESA nº 351/2018

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM O INCENTIVO FINANCEIRO – NÚCLEOS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE (NPVPS)

IT. CREDOR	CÓD.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CNPJ	VALOR CUSTEIO	VALOR CAPITAL	DADOS BANCÁRIOS CUSTEIO			DADOS BANCÁRIOS CAPITAL		
						BANCO	AGÊNCIA	C/C	BANCO	AGÊNCIA	C/C
1	132185	ASSAÍ	09611017000150	20.000,00	5.000,00	CEF	0910-5	283-2	CEF	0910-5	283-2
2	139922	CAMPO MAGRO	10325293000130	20.000,00	5.000,00	CEF	4538-1	300-5	CEF	4538-1	300-5
3	132004	CANDÓI	09161129000156	20.000,00	5.000,00	CEF	0389-1	536-9	CEF	0389-1	536-9
4	132177	CANTAGALO	09556006000114	20.000,00	5.000,00	CEF	0932-6	994-2	CEF	0932-6	994-2
5	139997	CRUZEIRO DO OESTE	08888967000163	20.000,00	5.000,00	CEF	3352-9	59-2	CEF	3352-9	59-2
6	132100	FAXINAL	09311733000111	20.000,00	5.000,00	CEF	3636-6	142-8	CEF	3636-6	142-8
7	132200	FLORESTÓPOLIS	10271851000122	20.000,00	5.000,00	CEF	1148-7	218-3	CEF	1148-7	218-3
8	132090	GOIOERÉ	09298629000134	20.000,00	5.000,00	CEF	0966-1	250-1	CEF	0966-1	250-1
9	140141	IRETAMA	84782952000102	20.000,00	5.000,00	CEF	0386-7	659-8	CEF	0386-7	659-8
10	132246	ITAPERUÇU	11293865000100	20.000,00	5.000,00	CEF	1398-6	150-0	CEF	1398-6	150-0
11	131981	JANDAIA DO SUL	09022372000193	20.000,00	5.000,00	CEF	1264-5	367-9	CEF	1264-5	367-9
12	132234	MANDRITUBA	10809926000186	20.000,00	5.000,00	CEF	4546-2	37-9	CEF	4546-2	37-9
13	132087	MARMELEIRO	09295998000173	20.000,00	5.000,00	CEF	1970-4	39-2	CEF	1970-4	39-2
14	132106	ORTIGUEIRA	09324615000148	20.000,00	5.000,00	CEF	0725-0	471-6	CEF	0725-0	471-6
15	132084	PALMITAL	09290590000109	20.000,00	5.000,00	CEF	1946-1	360-9	CEF	1946-1	360-9
16	132121	TURVO	09354277000197	20.000,00	5.000,00	CEF	0389-1	542-3	CEF	0389-1	542-3
VALOR TOTAL				320.000,00	80.000,00						

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80 230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400
www.saude.pr.gov.br - gabinete@sesa.pr.gov.br



Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo **53191/2018**

Título Resolução SESA nº 351/2018

Órgão SESA - Secretaria de Estado da Saúde


Depositário RAQUEL STEIMBACH BURGEL

E-mail RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR


Enviada em 28/05/2018 13:24

 **Diário Oficial Executivo** Secretaria da Saúde

◆ Resolução-EX (Gratuita)

 351.18.rtf
228,21 KB

Data de publicação

 29/05/2018 Terça-feira

Gratuita

Aprovada

28/05/18
13:45Nº da Edição do
Diário: 10199[Histórico](#)**TRIAGEM REALIZADA**